

---

## **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Data:** 1º.10.2021

**Local:** Reunião online - Aplicativo Hangouts Meet

**Presenças:** Des. **João Alfredo Borges Antunes de Miranda**, Coordenador do Núcleo;  
Juiz do Trabalho **Adriano Santos Wilhelms**;  
Juiz do Trabalho **Leandro Krebs Gonçalves**;  
Juiz do Trabalho **Carlos Ernesto Maranhão Busatto**;  
Juíza do Trabalho **Maria Cristina Santos Perez**;  
Juiz do Trabalho **Eduardo Batista Vargas**;  
Juiz do Trabalho **Carlos Ernesto Maranhão Busatto**;  
Servidora **Paula Segobia da Rosa**;  
Servidor **José Américo Ilha de Quadros**;  
Servidor **Lúcio Marsiaj de Oliveira**;  
Servidor **Thomas Nudelmann**.

**Secretários:** Gabriela Balbinot .

**Horário:** 14h – 15h

**Pauta:** 1) Reporte sobre o andamento do Projeto Executa RS;  
2) Reporte sobre o andamento do Projeto Garimpo;  
3) Semana Nacional da Execução 2021.

---

No dia 1º do mês de outubro do ano de 2021, às 14 horas, ocorreu a reunião ordinária online do Núcleo de Apoio à Execução, contando com as presenças acima nominadas. Registra-se a ausência justificada do servidor Antônio Carlos Lantmann, em virtude do gozo de férias. A reunião foi coordenada pelo Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda, conforme registro que segue: **Item 1 da pauta: Reporte sobre o andamento do Projeto executa RS:** Juiz Busatto reportou que após reunião de monitoramento do projeto com a AGE, foi registrada sugestão de alteração da equipe que trabalha no projeto, em Termo de Mudança submetido à Presidência e recentemente aprovado, incluindo os Juízes Leandro Krebs Gonçalves e Marcelo Caon Pereira. Destacou que se trata de nova etapa do trabalho, que incluía fase de organização e realização de treinamento para o uso adequado das ferramentas disponíveis. Reportou que têm sido observadas dificuldades dos colegas

para compreensão dos dados por elas fornecidos. Destacou o programa eletrônico de pesquisa patrimonial, como exemplo, onde é necessária capacitação para esclarecer dúvidas com relação à interpretação desses dados, que constam dos resultados na forma bruta e demandam habilidade para que possam ser aproveitados da melhor maneira possível em proveito do trabalho na execução. Ressaltou a necessidade de ser oferecido treinamento para tanto. Destacou a importância de incluir a Escola Judicial nesta etapa do projeto, bem como manter a integração com a Corregedoria, já que parte das demandas do Projeto Executa RS dependem de iniciativa da Corregedoria. Comentou que é necessário alimentar as unidades judiciárias com informações que as habilitem para realizar determinados tipos de execução. Reportou que poderá ser oferecido estágio para treinamento no uso de ferramentas para que, a partir de então, seja possível haver cobrança por resultados na execução, uma vez que tenha sido oferecido o auxílio adequado às unidades de forma que estejam instrumentalizadas para atacar os respectivos acervos de pendências. **Item 2 da pauta: Reporte sobre o andamento do Projeto Garimpo:** Juiz Busatto prosseguiu o reporte referindo-se à pendência existente quanto a esse segundo projeto, também desenvolvido no âmbito da Corregedoria. Comentou que no âmbito do TRT4 foram identificadas cerca de 80.000 contas bancárias com depósitos judiciais de até R\$ 150,00, cujos valores, segundo decisão do CSJT, deveriam ser revertidos para a União. No entanto, o procedimento exigia a publicação de editais, que estavam limitados a 200 processos cada. Destacou o trabalho hercúleo exigido, até então, para que os valores fossem regularmente direcionados. Comentou que, graças ao trabalho dos gestores do projeto garimpo em âmbito nacional, recentemente foi autorizada a publicação de edital único com anexo disponibilizado no Google Drive para a identificação dos números dos processos. Esclareceu que tal medida importará em impacto significativo no andamento do projeto no TRT4. A seguir, comentou que o projeto tem conseguido identificar valores médios superiores a R\$ 1 milhão/mês, sendo que em torno de 30% vêm sendo liberado aos reclamantes e 70% para as executadas, comentando que são todos valores que retornam para a economia, especialmente no momento de crise presente. Concluiu informando que, após um ano de trabalho do Projeto Garimpo, já houve liberação de mais de R\$ 13 milhões, relativos a processos eletrônicos, exclusivamente. Acrescentou que há muito mais valores a serem liberados uma vez que ainda falta analisar o universo dos processos físicos e dos depósitos recursais relacionados. Comprometeu-se a reportar na próxima reunião informações mais concretas no tocante aos treinamentos mencionados no início da reunião,

ressaltando que será importante manter a interlocução com as unidades judiciárias durante o período de transição na Administração do Tribunal para que seja possível organizar algumas entregas do Projeto Executa. Comentou, ainda, que será importante revisar o cronograma do projeto, de forma que sejam mantidos os significativos avanços realizados. a seguir, o Núcleo abordou o **Item 3 da pauta: Semana Nacional da Execução 2021**. Des. João Alfredo comentou que deixará a publicação de uma nova OJ da Seex para a semana da execução. Juiz Adriano sugeriu a realização de evento específico por meio da EJUD. Gabriela sugeriu que seja organizado o lançamento dos portais da Execução e da Conciliação que estão sendo organizados pela AGE compilando as informações disponíveis no site institucional, para concentrá-las em espaço dedicado, durante a Semana Nacional da Execução. Juíza Maria Cristina cumprimentou a todos e reportou que o CEJUSC-JT/1º grau está utilizando a ferramenta i-Con e já separou listas de processos de execução com potencial para conciliação. Acrescentou que já formou uma lista de juízes com capacitação em mediação e conciliação, convidando-os para atuarem na semana temática. Relatou que, a ideia é que cada Juiz dos foros onde há CEJUSC instalado traga processos de sua unidade e auxilie na realização das audiências, ajudando e sendo ajudado. Comentou que em torno de 20 colegas já aceitaram. Reportou que na última semana temática realizada foi atingido índice de 61% de conciliação, descrevendo ser um êxito, haja vista as dificuldades enfrentadas pelas empresas atualmente. Prosseguiu, informando aos presentes que está participando de um Observatório e que verifica que a dificuldade econômica verificada no RS repercute a do país inteiro. Des. Janney reportou a importância de haver continuidade entre gestões. Juiz Eduardo destacou que é necessário chamar os colegas para participarem das iniciativas. Juiz Adriano reportou que como será necessário que cada grupo da gestão colaborativa apresente um plano de ação para 2022, sua sugestão para o NAE é de que desde o início do ano sejam tomadas as providências necessárias para organizar leilões regionais. Juíza Maria Cristina reportou que no TRT18 ocorre a atuação conjunta do JAE e dos CEJUSCs para agilizar a criação de enunciados em temas de conciliação, sugerindo que algo nesse sentido seja pensado também na 4ª Região. Juiz Adriano acrescentou que, quanto à programação para 2022, seja considerada a possibilidade de incluir os Oficiais de Justiça no processo de concepção e desenvolvimento dos aspectos intelectuais relacionados aos avanços da pesquisa patrimonial, sugerindo que passem a integrar a inteligência da pesquisa patrimonial. Juiz Busatto reportou a interessante pesquisa realizada pelo oficial de justiça Thomas, integrante do NAE, que

incluiu contato com outros regionais. Juiz Adriano destacou a grande conquista que foi a instituição do JAE, ressaltando que como ideia embrionária a integração dos oficiais de justiça à pesquisa patrimonial ainda não foi adiante. Paula comentou que já há uma minuta iniciada para organizar a participação dos oficiais de justiça, mas que a iniciativa necessita de continuidade. Juiz Adriano comentou que a questão deve ser organizada inclusive na instância política e que a iniciativa pode ser monitorada por meio do Projeto Executa RS. Des. João Alfredo comentou a ideia existente na Justiça do Trabalho de converter algumas VTs em unidades especializadas em execução e mencionou que há muita dificuldade a ser vencida até isso ser aceito e implementado. Juiz Busatto comentou que a iniciativa exigiria alterar a competência do Juiz em cada processo a ser enviado para a VT especializada, mas que não vê como tão cedo essa ideia ser aceita. Comentou que será importante consultar o Des. Rossal. Juiz Eduardo comentou que já foi realizada essa experiência no TRT1, tendo sido, no entanto, suspensa. Comentou que talvez experimentando inicialmente em um Foro pequeno, com no máximo 3 VTs, pudesse ser testada a iniciativa na 4ª Região. Des. João Alfredo reportou que a Seex sofreu muito ao tentar especializar turmas do Tribunal e que parece haver posicionamento contrário à especialização na execução, apesar de hoje ela ser necessária, em face do grande volume de processos, apesar do judiciário estadual e federal já serem especializados. Juiz Adriano comentou que compartilha a percepção do Des. João Alfredo e, como o Juiz Busatto, tem certeza do quanto auxiliaria o Tribunal. Juiz Eduardo comentou que seria interessante que fossem enviados mais e-mails sobre a matéria pela Corregedoria quanto a essa fase processual. **Restou definido que a AGE dará início à elaboração do documento que registrará a minuta do plano de ação do NAE para 2022, a ser submetida para validação na próxima reunião, e enviará a minuta da Política de Execução por e-mail aos integrantes do Núcleo, antes da próxima reunião, para que conste como item da pauta.** Reunião encerrada às 15h. **Próxima reunião agendada para o dia 05 de novembro às 14h.** Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e enviada para validação por meio eletrônico aos presentes.